

Financiamento das Autarquias Locais

UMA NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

MIGUEL ALMEIDA

Seminário ANMP
Matosinhos, 14 jun 2023

1

Financiamento Local

- Evolução das Finanças Locais
- Novos desafios e oportunidades
- Revisão da Lei das Finanças Locais

2

3

Por favor

Aceda e
responda às
perguntas
através do QR-
Code



3

1. Evolução das Finanças Locais

Enquadramento legal e principais indicadores
financeiros



4



5



6



7




8

9

“O aumento das transferências reduz a responsabilização dos eleitos locais e dos autarcas logo introduzindo a ineficiência”

In, “A Regionalização e a Reforma das Finanças Locais: Que Ordem de Prioridades?”, Ana Bela Bravo e Jorge Sá



9

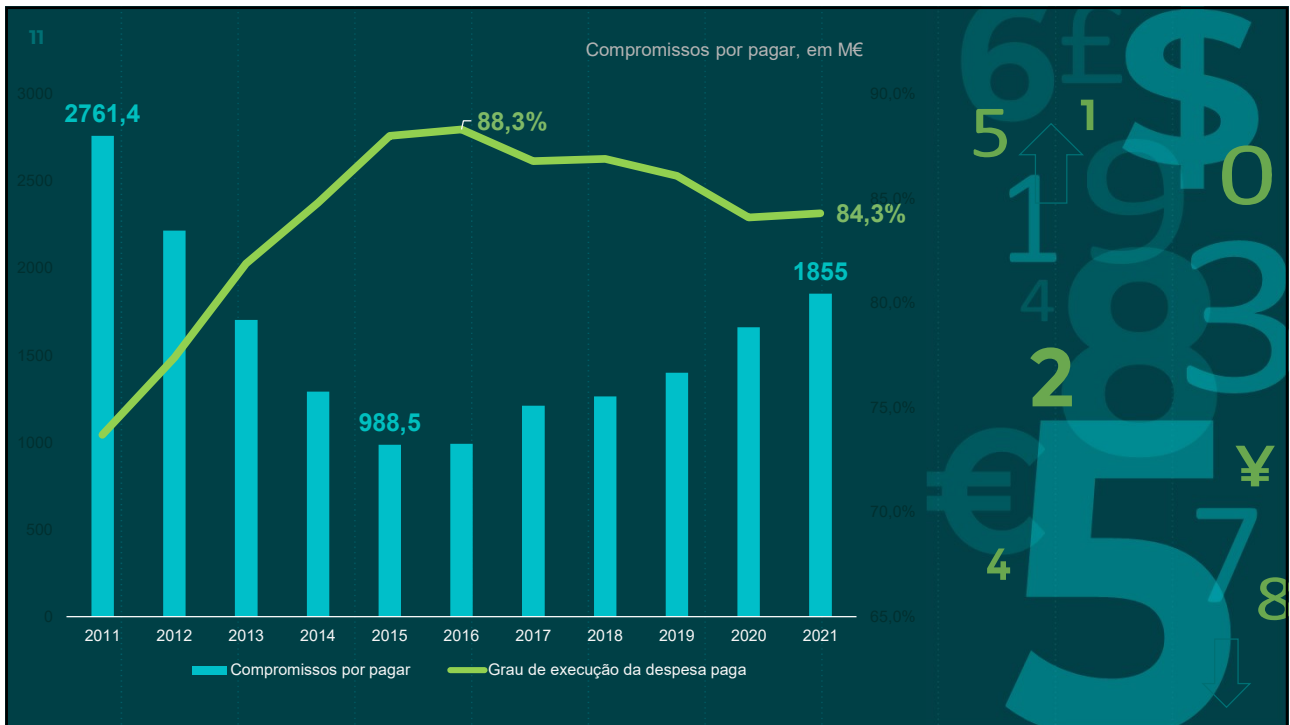
10

€750
Milhões

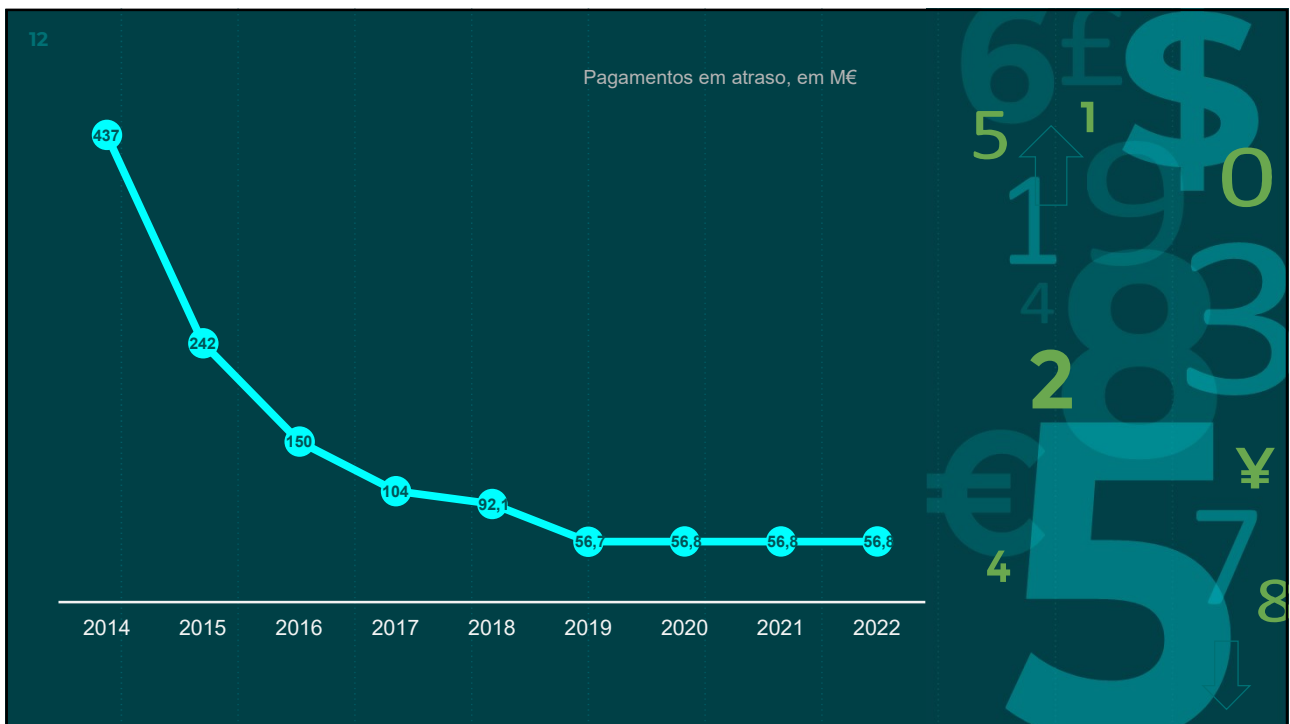
Montante da receita de IMI, IRS e Derrama a que os municípios teriam direito e de que prescindem anualmente



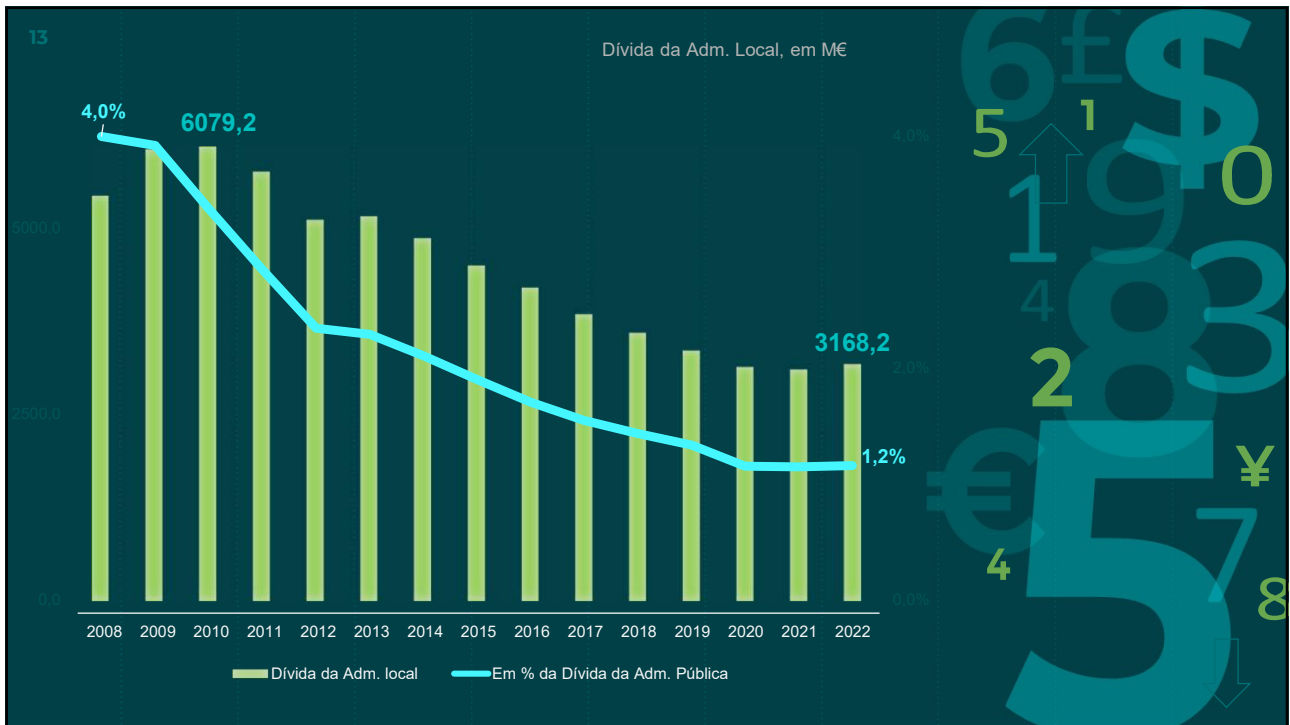
10



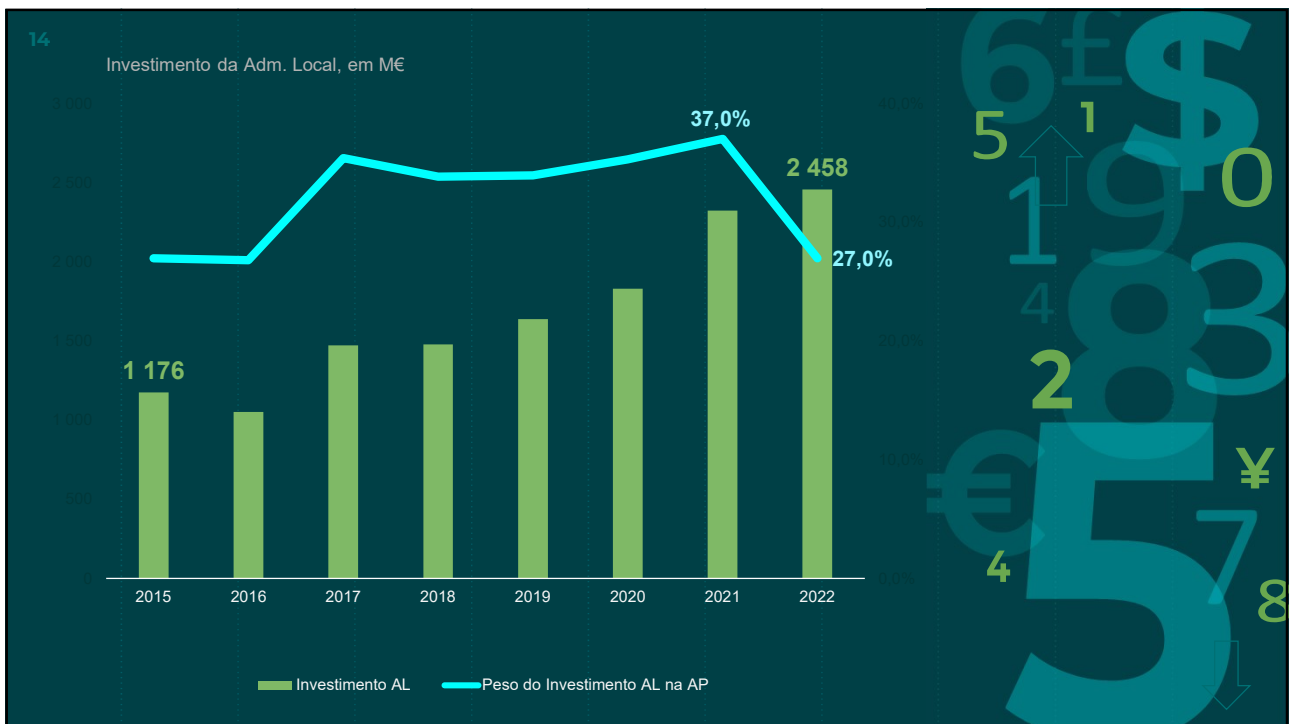
11



12



13



14

2. Novos desafios e oportunidades

Os impactos das pressões demográficas e as novas fontes de financiamento local

15

16

Pressões demográficas

Urbanização

Migrações

Transição
Digital

Transição
Climática

Envelhecimento



Impactos nas despesas Vs novas formas de financiamento local

16

17

Impactos nas receitas próprias

- Comércio online – IVA/Derrama
- Viaturas elétricas - IUC
- Trabalho à distância - Derrama
- Nómadas digitais - IRS



The slide features a dark teal background with a laptop graphic in the center. The laptop screen displays four green icons: a smartphone with a shopping cart (online commerce), a car with a plug (electric vehicles), a house with a person (remote work), and a person at a desk (digital nomads). The background is decorated with large, faint numbers (6, 5, 1, 0, 3, 7, 8) and currency symbols (€, \$, ¥).

17

18

Novas Fontes de Financiamento Local

<p>FISCALIDADE VERDE</p> <p>Incentivo a comportamentos sustentáveis e combate às externalidades negativas</p>		<p>PRODUTOS FINANCEIROS SUSTENTÁVEIS</p> <p>Green Bonds Financiamento colaborativo</p>	
<p>FUNDOS COMUNITÁRIOS</p> <p>Financiamento de projetos relacionados com a sustentabilidade e com a transição digital</p>		<p>AGÊNCIA FINANCEIRA LOCAL</p> <p>fundo de investimento onde qualquer município poderá obter financiamento nas mesmas condições</p>	

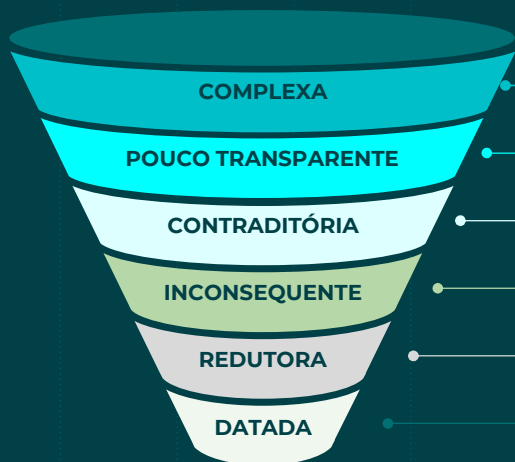
18

3. Revisão da LFL

A versão atual e uma proposta de revisão estrutural
do modelo de financiamento local

19

Pontos fracos da Lei atual



Distribuição do FEF /
Endividamento / Reporte

Normas pouco claras/cálculo
das transferências

Limites/Exceções ao
endividamento

Regulamentação à
posteriori nunca
concretizada / CCF

Grau reduzido de
autonomia fiscal

Regras da Troika /Fraca
relação com a evolução
da Sociedade

20

21

“Se a complexidade se torna um obstáculo em vez de um facilitador, ou se a razão para a existência de uma determinada regra não é evidente, mas a regra persiste em forma de lei, isso coloca em questão o sistema como um todo.

A revisão da Lei pode ser feita por avaliação académica ou por iniciativa da própria esfera política. Frequentemente (mas não sempre), o resultado de tal revisão é um novo, claro e simples sistema de equalização financeira”

In, "Finanças municipais e equalização financeira municipal na Alemanha",
Dr. Michael Thöne e Jens Bullerjahn

21

O Modelo de Revisão da LFL

Uma abordagem justa, inovadora e alinhada com as melhores experiências internacionais

22

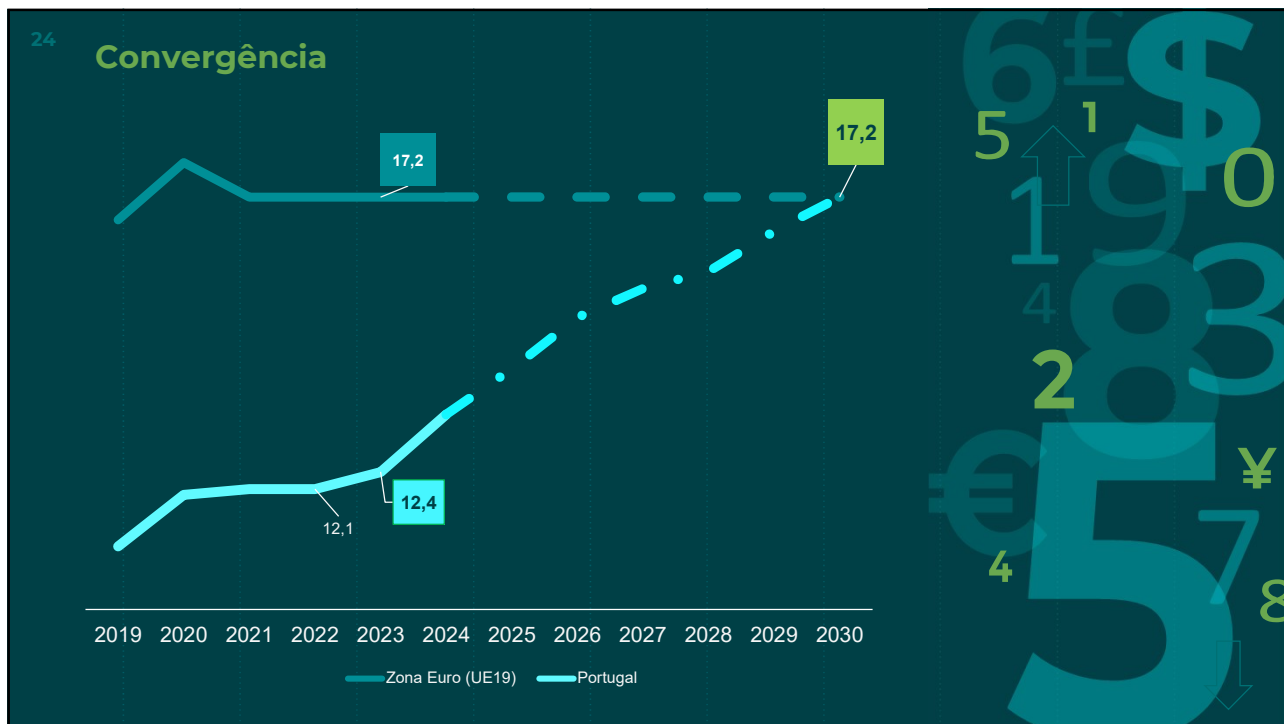
23

A nova lei deverá permitir atingir os seguintes objetivos primordiais:

1. Reforço da capacidade financeira dos municípios convergindo com os congéneres europeus
2. Promoção da coesão territorial e correção de assimetrias entre municípios com realidades socioeconómicas distintas
3. Simplificação e atualização de processos, conceitos e mecanismos de reporte, devolvendo a autonomia financeira condicionada no período da *Troika*



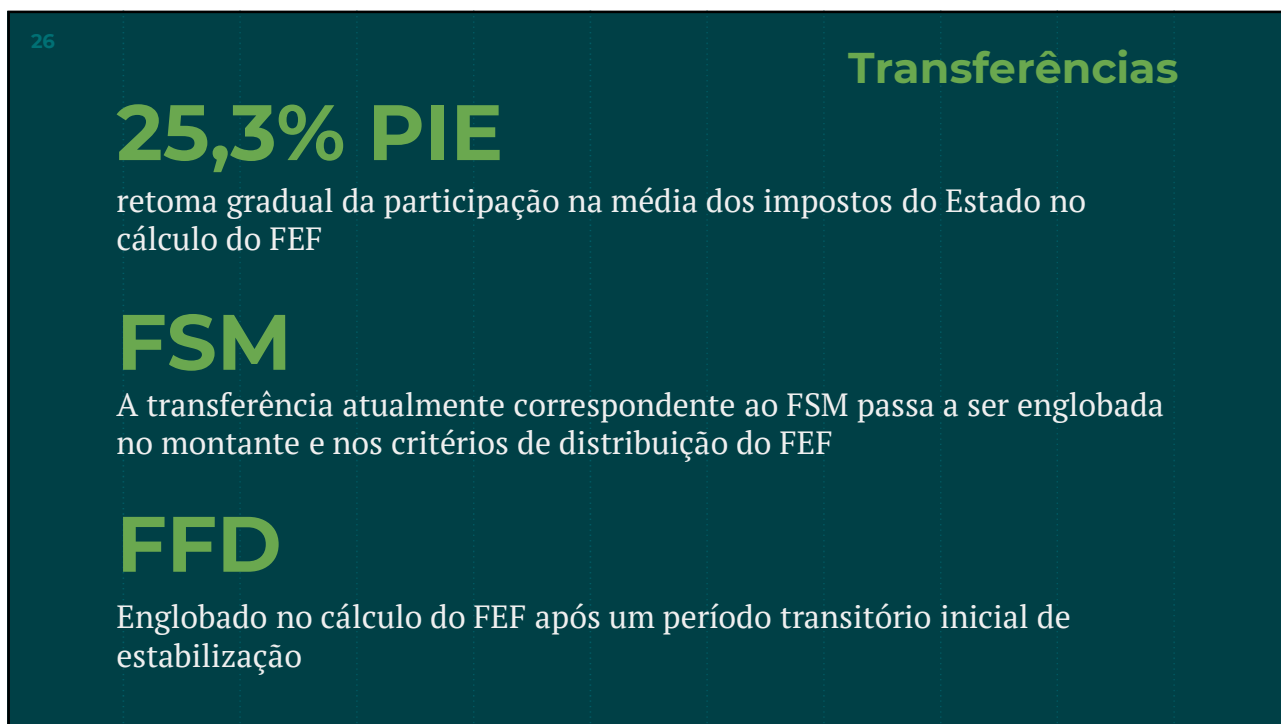

23



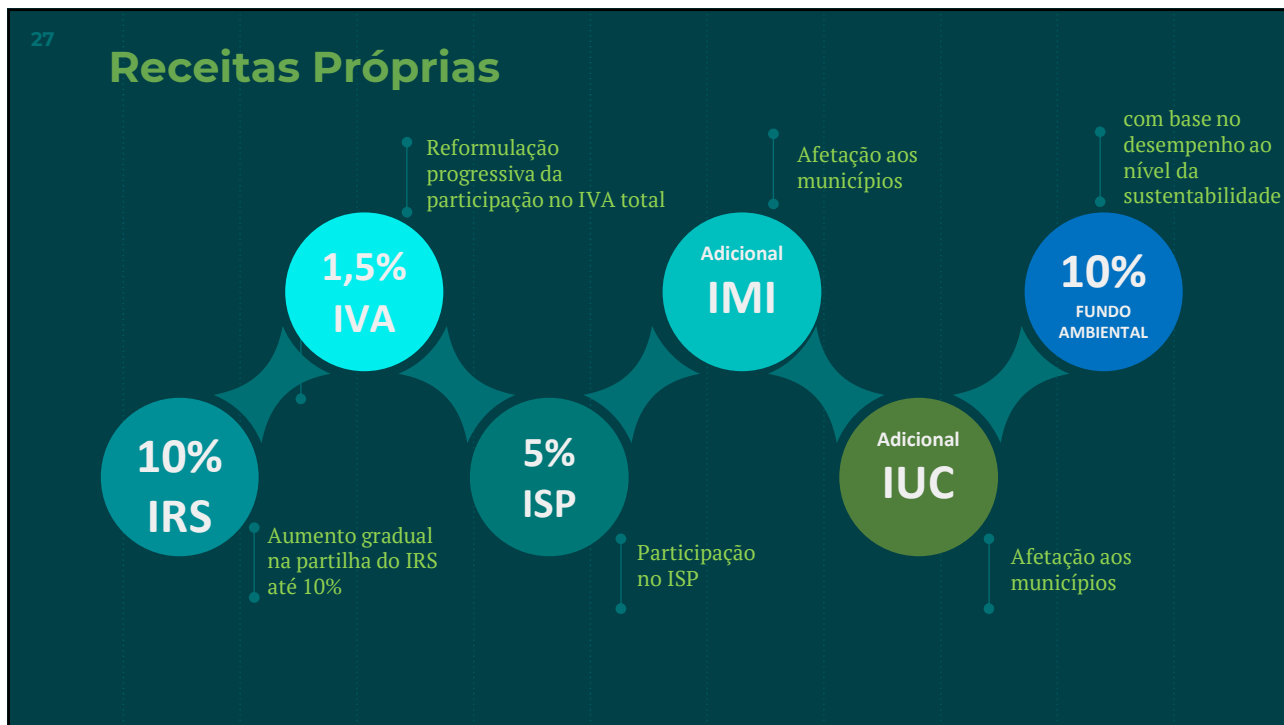
24



25



26



27

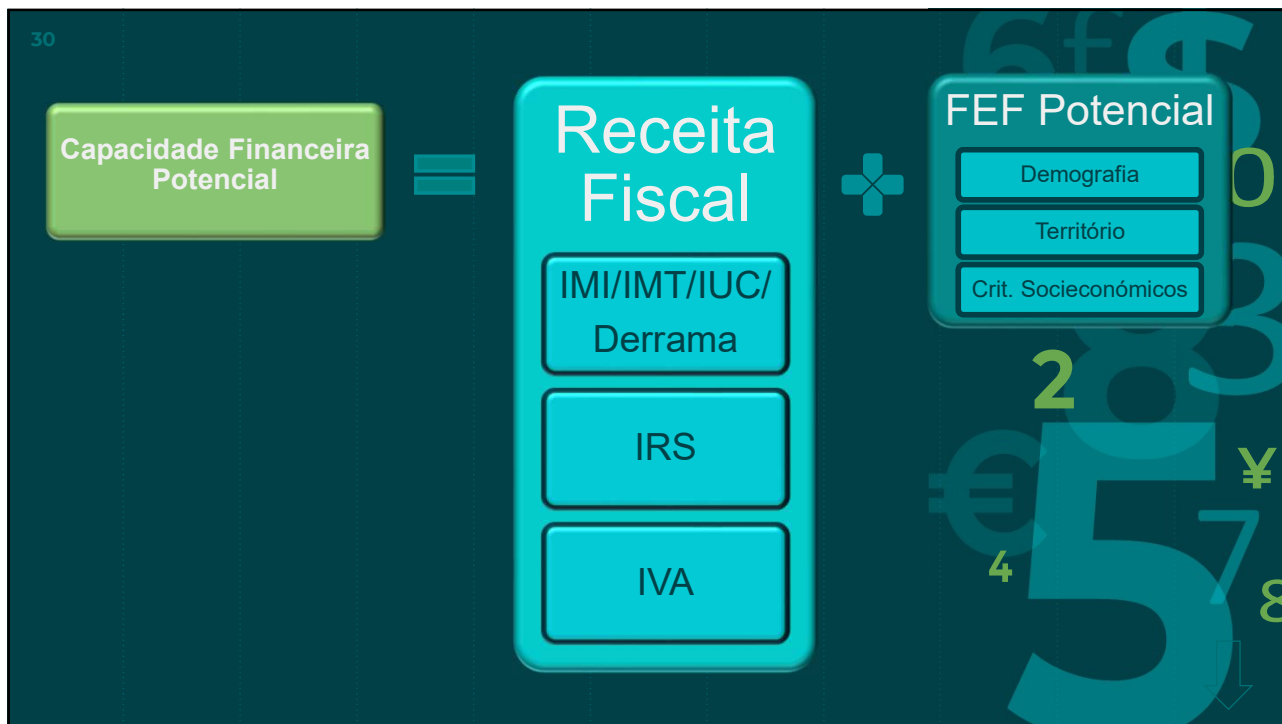


28

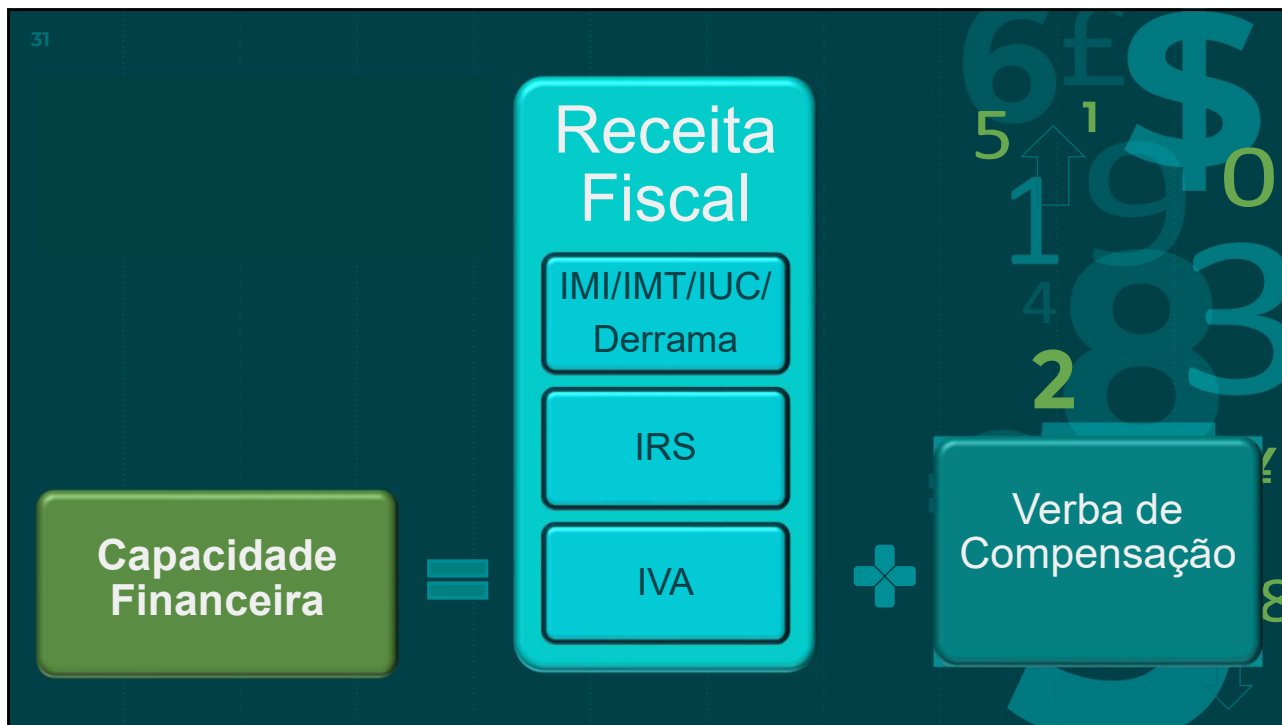
Comparação de cenários

CENÁRIO 1. Lei atual	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
% receita AL/ AP	12,6%	12,7%	12,9%	13,0%	13,0%	13,0%	13,0%	13,0%
Receita	13 945,8	14 748,9	15 583,4	16 465,1	17 202,2	17 972,3	18 776,8	19 617,4
Acréscimo face a lei atual	-	0	0	0	0	0	0	0
CENÁRIO 2. Proposta ANMP	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
% receita AL/ AP	12,6%	13,4%	14,2%	15,1%	15,6%	15,9%	16,6%	17,2%
Receita	13 945,8	15 533,6	17 182,4	19 099,8	20 587,4	22 011,9	23 942,4	25 987,4
Acréscimo face a lei atual	-	784,8	1 599,0	2 634,7	3 385,2	4 039,6	5 165,6	6 370,0

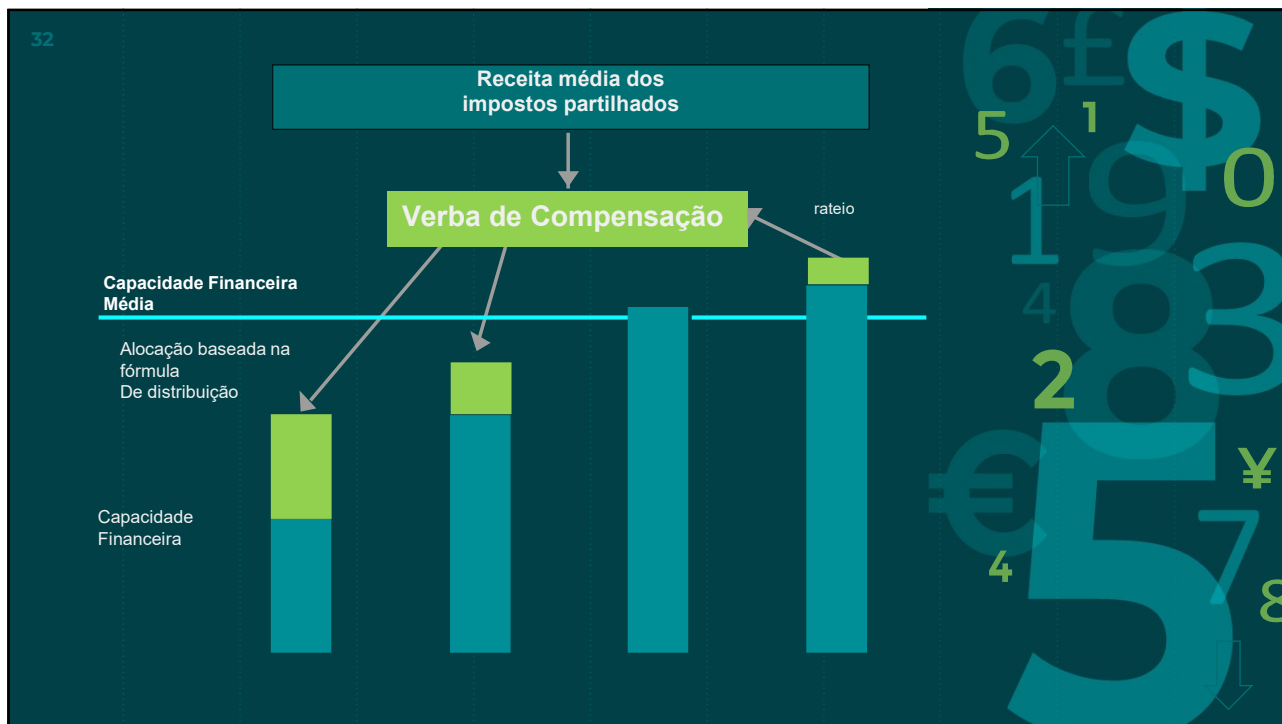
29



30



31



32

33

Endividamento

Rever e melhorar os limites de endividamento, tanto na fórmula de cálculo da dívida total, como nos limites e nas exceções.

Recuperação financeira

Regulamentação do mecanismo de recuperação financeira municipal, sendo preferível a existência de uma estrutura permanente em vez de mecanismos pontuais

Reporte

Agilização e simplificação dos mecanismos de reporte e aumento da exigência no cumprimento dos prazos

33

34

Em Resumo

- **Reforço da capacidade financeira dos municípios ao nível dos seus congéneres europeus:**
 - Retoma gradual dos valores das transferências intergovernamentais
 - Alargamento das receitas próprias e da capacidade fiscal dos municípios
- **Promoção da coesão territorial e correção de assimetrias entre municípios com realidades socioeconómicas distintas:**
 - Revisão dos critérios de distribuição das transferências
 - Criação de um modelo de partilha de recursos
- **Regulamentação e Simplificação de processos:**
 - Revisão das regras de endividamento
 - Regulamentação das novas fontes de financiamento
 - Regulamentação da recuperação financeira municipal
 - Simplificação do reporte

34



35